



# **Estratégia de Educação para a Cidadania**

## Índice

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Índice .....                                                                | 2  |
| Introdução.....                                                             | 3  |
| Enquadramento.....                                                          | 5  |
| A Nível Internacional.....                                                  | 5  |
| A Nível Nacional.....                                                       | 5  |
| Documentos de referência .....                                              | 6  |
| Aprendizagens esperadas na Área de Cidadania e Desenvolvimento .....        | 6  |
| Domínios a trabalhar no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento .....         | 7  |
| Organização ao nível da Escola .....                                        | 7  |
| Opções curriculares na implementação da EECE .....                          | 7  |
| Projetos/Atividades ao nível de Escola .....                                | 9  |
| Identificação e articulação com os Stakeholders .....                       | 10 |
| Articulação com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória ..... | 11 |
| Coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento .....                    | 12 |
| Perfil .....                                                                | 12 |
| O papel do coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento.....          | 12 |
| Avaliação.....                                                              | 12 |
| Avaliação dos alunos.....                                                   | 12 |
| Avaliação da Estratégia da Educação para a Cidadania na Escola .....        | 13 |

## Introdução

Nélson Mandela defendia que *“A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”*. Partindo deste pensamento, podemos, de facto, considerar que a educação constitui um alicerce fundamental para o futuro de qualquer sociedade.

Hoje vivemos num mundo com problemas globais, como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias, entre outros, em que a solução passa por trabalharmos em conjunto, unindo esforços para encontrar soluções para os desafios que ameaçam a humanidade.

A sociedade atual, marcada por ritmos acelerados de mudança, a que os avanços tecnológicos e a globalização não são alheios, coloca ao indivíduo e às diversas instituições sociais um conjunto de desafios no campo das atitudes, dos valores, das competências e do conhecimento. A Escola, consciente e atenta a esta problemática, procura constantemente encontrar mecanismos que contribuam para uma formação adequada do indivíduo face às novas realidades.

Por outro lado, a educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma verdadeira cidadania que se quer democrática. É importante que as nossas crianças e jovens compreendam o mundo que os rodeia, mas é fundamental que procurem soluções para os inúmeros problemas que o afetam, no sentido de garantir um futuro que se quer mais sustentável.

O documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, constitui-se, naturalmente, como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, procurando responder aos inúmeros desafios do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania assume um papel determinante na resposta aos desafios complexos, diversificados e dinâmicos das sociedades contemporâneas. Ela contribui para a formação de cidadãos responsáveis, autónomos, solidários e conscientes dos seus direitos e deveres, exercidos num ambiente de respeito, diálogo e pluralismo, sustentados nos valores democráticos e nos Direitos Humanos. Face aos desafios atuais, nomeadamente a emergência da inteligência artificial, a saúde mental e o bem-estar dos jovens, as desigualdades socioeconómicas, a sustentabilidade climática e a preservação da biodiversidade, as migrações e a mobilidade internacional, a Educação tem a responsabilidade de promover uma cidadania informada, que potencie a participação cívica.

No âmbito da Educação para a Cidadania, especificamente na componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, no respeito pelos valores constitucionais portugueses, pretende-se que os alunos realizem aprendizagens através da participação plural e responsável na construção de cada um como cidadão e de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos. Assim, a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, visa o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural.

O Colégio Dr. Luís Pereira da Costa (CDLPC), ao longo do seu percurso, tem delineado a sua estratégia de intervenção tendo em consideração os constantes e diversos desafios que são colocados ao contexto educativo dos dias de hoje.

As escolas são um espaço privilegiado na construção da base da nossa sociedade, sendo o agente que através do seu papel educativo / formativo, ajuda a desenvolver os cidadãos/cidadãs conscientes, responsáveis, informados e com capacidade de decisão.

Neste sentido, seguindo as linhas orientadoras do Projeto Educativo (PE) da escola, o CDLPC promove aprendizagens e o desenvolvimento de competências relevantes em termos técnicos e profissionais, mas também nos domínios da atitude cívica individual e coletiva. A atuação da escola faculta ferramentas que permitem a mobilização das competências dos alunos/as na resposta às exigências da sociedade atual que, no contexto globalizado, assume um âmbito intercultural.

O Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, é um documento que pretende criar condições para a promoção, dentro do contexto educativo, de um equilíbrio entre pressupostos para a aquisição de conhecimentos, a capacidade crítica e criatividade, numa perspetiva de formar os alunos/as com solidez técnica e com ferramentas que lhes permitam ser cidadãos/cidadãs autónomos, responsáveis e socialmente ativos.

Neste sentido, a Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE) compreenderá uma convergência deste documento, assentando nos princípios fundamentais de cidadania e educação inclusiva e orientada para uma aprendizagem ativa fomentando pressupostos de enriquecimento curricular/académico, de qualificação profissional e cidadania democrática.

Assim, a escola assume um papel essencial na educação que promove a formação de jovens com competências e valores de cidadania democrática, sustentando uma construção de sociedades mais justas e inclusivas

potenciando o respeito pela diversidade e defesa dos direitos humanos com base no diálogo, desenvolvimento de espírito crítico, democrático, pluralista e criativo.

Desta forma, alinhado com o Projeto Educativo da escola e reforçando o desenvolvimento de competências do século XXI, a EECE pressupõe um trabalho transversal a todos os domínios de conteúdos das disciplinas dos diferentes níveis de educação.

## **Enquadramento**

Portugal tem assumido um conjunto de compromissos que se encontram associados a documentos chave que proporcionam um enquadramento relevante para uma compreensão das perspetivas contemporâneas da Educação para a Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável.

### **A Nível Internacional**

União Europeia:

- Declaração de Paris (Declaração sobre a Promoção da Cidadania e dos Valores Comuns da Liberdade, Tolerância e Não-discriminação através da Educação, de 17 de março de 2015)

Conselho da Europa:

- Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos
- Competências para uma Cultura da Democracia. Viver juntos em igualdade em sociedades democráticas culturalmente diversas

ONU/UNESCO:

- ONU Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 dezembro, 1948)
- ONU Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030
- UNESCO Educação para a Cidadania Global: preparar os aprendentes para os desafios do século XXI (2014)

### **A Nível Nacional**

- Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020
- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014 -2017
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017

- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020

#### Documentos de referência

- Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento (1 de set 2025)
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- Decreto Lei nº 54/2018
- Decreto Lei nº 55/2018
- Portaria 235-A/2018
- Portaria 223-A/2018
- Projeto Educativo da Escola
- Plano Anual de Atividades
- **Referencial de:** Educação para a Saúde; Segurança Rodoviária; Media; Direitos Humanos; Educação Ambiental para Sustentabilidade; Educação Financeira; Educação para o Consumidor;

### Aprendizagens esperadas na Área de Cidadania e Desenvolvimento

O desenvolvimento da Área de Cidadania e Desenvolvimento deve promover:

- Atitudes cívicas conscientes;
- Relacionamentos interpessoais e sociais responsáveis, que capacitem os alunos para a participação na vida escolar, social e comunitária e para a avaliação crítica das implicações individuais e coletivas das suas ações e escolhas.

Pretende-se que os alunos aprendam e adquiram conhecimentos e competências que os ajudem:

- no seu desenvolvimento individual;
- na sua participação cívica, no quadro da democracia, dos valores constitucionais e da defesa dos Direitos Humanos.

## Domínios a trabalhar no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento

Tendo como base o documento Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e os percursos formativos que o CDLPC oferece, os domínios a trabalhar, de forma obrigatória, dado o seu carácter transversal e longitudinal, são os seguintes:

- ⇒ **Direitos Humanos;**
- ⇒ **Democracia e Instituições Políticas;**
- ⇒ **Desenvolvimento Sustentável;**
- ⇒ **Literacia Financeira e Empreendedorismo;**
- ⇒ **Saúde;**
- ⇒ **Risco e Segurança Rodoviária;**
- ⇒ **Pluralismo e Diversidade Cultural;**
- ⇒ **Media.**

Não obstante esta organização, os domínios a trabalhar na Cidadania e Desenvolvimento não devem ser entendidos como partes isoladas de um todo, mas sim como intercomunicantes, tendo na base uma visão holística da pessoa e devendo a sua abordagem privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competência inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Para o tratamento de cada um dos diferentes domínios, podem ser consultados diversos documentos de apoio em <https://www.dge.mec.pt/areas-tematicas>

## Organização ao nível da Escola

### Opções curriculares na implementação da EECE

A EECE aqui apresentada é o resultado de um trabalho e projetos que têm vindo a ser dinamizados ao longo dos anos letivos. O nosso EECE trabalha conjuntamente com o Projeto de Responsabilidade Social Cívica e Ambiental (PRSCA). Este projeto pretende contribuir para a aquisição de competências pelos alunos, para que eles possam construir o seu projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais conscientes e responsáveis, visando o seu bem-estar físico, social e mental, assim como a saúde dos que os rodeiam.

Este projeto assenta em quatro vertentes a serem trabalhadas, ao longo de cada ano letivo, quer ao nível das atividades letivas quer nas mais diversas atividades do colégio. Cada uma destas vertentes será trabalhada como um todo e a sua operacionalização ocorre através do diretor de turma que, juntamente com todos os docentes do conselho de turma, colocarão em prática as mais diversas temáticas. Contudo, pretende-se ainda o envolvimento dos pais e encarregados de educação nesta tarefa, bem como a restante comunidade educativa.

Neste sentido, é possível perceber que os diferentes domínios a serem trabalhados na Cidadania e Desenvolvimento sempre foram uma preocupação e um constructo que funciona como alicerce à cultura da própria escola. A escola tem assumido o compromisso de desenhar a sua atuação promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento de competências de técnicas, de conhecimento, aptidões sociais e individuais que potenciem, como foi referido anteriormente, um espírito de cidadania democrática, respeito pela diversidade e defesa dos direitos.

A Cidadania e Desenvolvimento é integrada e implementada no currículo dos diferentes percursos formativos, numa perspetiva de reforçar os projetos e atividades que são desenvolvidas na escola. Assim, é possível capitalizar as parcerias e reforçar o PE da escola nas diferentes temáticas que têm relação direta com a construção da identidade dos nossos alunos para uma convivência plural e democrática.

A Educação para a Cidadania é uma responsabilidade de todos na escola e está apoiada numa abordagem que envolva alunos, docentes, famílias e comunidade, na sala de aula, na cultura da escola e na relação com a comunidade.

A Educação para a Cidadania é uma responsabilidade de todos na escola e deve estar apoiada em:

- práticas sustentadas no tempo e não de meras intervenções pontuais;
- integração no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e sua articulação com a comunidade;
- práticas educativas promotoras da inclusão, apoiadas no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes;
- envolvimento de alunos em metodologias ativas (nomeadamente, ações de voluntariado), oferecendo oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- integração nas políticas e práticas de uma escola democrática, envolvendo toda a comunidade escolar;
- promoção do bem-estar e da saúde individual e coletiva;
- envolvimento no trabalho, em parceria com as famílias e as comunidades;
- alinhamento com as especificidades de crianças e jovens e com as prioridades da comunidade educativa;
- apoio na monitorização e avaliação de forma a garantir a efetividade e a participação, com base em indicadores de qualidade previamente definidos.

De modo a operacionalizar a abordagem dos diversos domínios, de forma mais sustentada, sugere-se que os mesmos sejam trabalhados da seguinte forma:

|                                                                                    | Níveis de Ensino                                                 | Domínios                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>GRUPO I</b>                                                                     | <b>Todos os anos de escolaridade</b>                             | <b>⇒ Direitos Humanos;</b><br><b>⇒ Democracia e Instituições Políticas;</b><br><b>⇒ Desenvolvimento Sustentável;</b><br><b>⇒ Literacia Financeira e Empreendedorismo;</b> |
| <b>GRUPO II</b><br>Obrigatórias em pelo menos um ano de escolaridade em cada ciclo | <b>2.ºCiclo</b><br><b>3.ºCiclo</b><br><b>Ensino Profissional</b> | <b>⇒ Saúde;</b><br><b>⇒ Risco e Segurança Rodoviária;</b><br><b>⇒ Pluralismo e Diversidade Cultural;</b><br><b>⇒ Media.</b>                                               |

O professor titular de turma/diretor de turma, bem como os demais professores do Conselho de Turma, envolvendo ativamente os alunos, os pais e os encarregados de educação, devem elaborar, no início do ano escolar, o plano de turma relativo à Educação para a Cidadania.

Deste plano, no âmbito dos projetos a concretizar, devem constar as dimensões do 2.º grupo de Educação para a Cidadania a implementar, as iniciativas e as visitas a realizar, bem como as entidades externas a convidar. O plano deverá ser aprovado em reunião de conselho de turma, no qual devem participar os representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação.

Após aprovação do plano, os pais e encarregados de educação deverão ser informados de todas as atividades a desenvolver no âmbito da concretização dos projetos que envolvam Educação para a Cidadania.

### Projetos/Atividades ao nível de Escola

O desenvolvimento dos diversos domínios deverá ainda ser assegurado forma transversal em toda a escola através de projetos e atividades consagrados no Plano Anual de Atividades, dos quais destacamos:

- **Clube de Proteção Civil;**
- **Corta-Mato CDLPC;**
- **Festa de Natal;**
- **Halloween;**
- **Sarau;**
- **Participação em Palestras e Dias Temáticos;**
- **Parlamento dos Jovens Deputados;**

- Participação em Atividades dinamizadas pela Junta de Freguesia ou pela CML;
- Participação em Atividades do Eco-escolas;
- Participação em Campanhas de Solidariedade e Voluntariado;
- Concurso Escola Electrão;
- Participação em Olimpíadas e Projetos;
- Organização de eventos desportivos (torneios e campeonatos).

## Identificação e articulação com os Stakeholders

Os projetos a desenvolver no âmbito da Área de Cidadania e Desenvolvimento ou ao nível de escola, devem, naturalmente, estar articulados com a EECE e, na medida do possível, envolver entidades locais, regionais e até nacionais.

A Escola do século XXI deixou de estar circunscrita ao tradicional espaço escolar, abrindo-se ao mundo que a rodeia e assumindo um papel mais interventivo na comunidade, aproveitando recursos e potencialidades, não menosprezando as suas necessidades, aprendendo e contribuindo, com propostas inovadoras e criativas, para melhorar o mundo e a sociedade da qual faz parte.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos em parceria com entidades externas assume um papel de relevo e uma mais valia para todos, nomeadamente os alunos, peça central do processo educativo que assim experimentam situações da vida real e interiorizam, de forma mais substancial, as vivências e os desafios da comunidade.

Assim, recomenda-se que o desenvolvimento de projetos possa ser efetivado através de parcerias com as seguintes entidades:

- GNR - Risco e Segurança Rodoviária, Direitos Humanos, Media
- ABAE - Desenvolvimento Sustentável
- Centro de Saúde Arnaldo Sampaio – Saúde, Direitos Humanos
- Farmácia SOL – Saúde, Direitos Humanos
- Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos - Desenvolvimento Sustentável
- Valorlis - Desenvolvimento Sustentável
- Cruz Vermelha Portuguesa – Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- Banco Alimentar – Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- Nariz Vermelho – Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- AMI – Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- CLDS – Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- Camara Municipal de Leiria – Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável

- Junta de Freguesia de Monte Redondo - Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável
- Empresas da Região - Literacia Financeira e Empreendedorismo
- Clubes Desportivos – Saúde
- OIKOS - Desenvolvimento Sustentável
- Bombeiros - Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- Projeto Percorrer Pontes - Pluralismo e Diversidade Cultural
- ADASCO - Pluralismo e Diversidade Cultural, Direitos Humanos
- Green Cork – Projeto de reciclagem de rolhas de cortiça
- Unidade Local de Proteção Civil

### Articulação com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

*“O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem”.*

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho



Figura 1 - Esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

De acordo com o documento que define o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, *“a educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável”.*

Assim, os diversos domínios a desenvolver na área de Cidadania e Desenvolvimento devem ser entendidos como sendo intercomunicantes, tendo como base uma visão da pessoa como um todo. Estes domínios devem ser abordados tendo em conta o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, conforme o esquema concetual representado na figura anterior.

## Coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento

### Perfil

- Deve ter experiência de coordenação de equipas e capacidade organizativa;
- Deve frequentar/ter frequentado ações de formação sobre Educação para a Cidadania;
- Deve possuir competências de utilização de meios tecnológicos e de Plataformas Digitais;
- Deve conseguir estabelecer e manter relações empáticas com discentes, docentes e pessoal não docente, sustentadas em processos de escuta e reconhecimento;
- Deve ter uma visão intercultural da educação (o reconhecimento das culturas em presença);
- Deve sentir-se motivado para desempenhar a tarefa, sem imposição superior;
- Deverá revelar experiência no desenvolvimento de projetos a nível de escola e capacidade de organização coletiva.

### O papel do coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento

No CDLPC, a coordenação da Cidadania e Desenvolvimento é constituída por um docente. Este tem a responsabilidade de coordenar a EECE e elaborar um relatório anual que se encontra inserido no relatório do PRSCA, onde deve constar um balanço das atividades/projetos desenvolvidos pelas diferentes turmas.

## Avaliação

### Avaliação dos alunos

Na ENEC define-se que a avaliação das aprendizagens deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno. Na avaliação dos alunos deverá ter-se em conta as seguintes áreas de competência:

- Conhecimento
- Comunicação
- Resolução de Problemas
- Participação

A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo, que fornece feedback associado às múltiplas interações que ocorrem nos processos de ensino e de aprendizagem, no sentido de ajustar estes processos e melhorar os resultados e as aprendizagens que se desejam atingir. Nesse sentido, a avaliação deve:

- compreender e adquirir conteúdos e conceitos no âmbito das diferentes disciplinas. Aplicação de conhecimentos a novas situações, revelando rigor na terminologia científica.
- utilizar diferentes tipos de linguagem com clareza e coerência, recorrendo a diversificados instrumentos de comunicação com respeito pelas ideias dos outros (tolerância, empatia e responsabilidade) e pelos diferentes contextos.
- mobilizar conhecimento para desenvolver ideias e resolver problemas, apresentando novas soluções de forma criativa, autónoma e/ou colaborativa, revelando espírito crítico.

**O processo de avaliação deve considerar a importância do impacto e participação dos alunos face às atividades desenvolvidas e as competências demonstradas através de evidências.**

No Ensino Básico, cada docente, na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, deve avaliar os alunos relativamente ao trabalho realizado, avaliação essa que constará no **Registo de Avaliação Contínua** de final de semestre. No Ensino Profissional essa avaliação é realizada de uma forma transversal nas diversas disciplinas, nomeadamente na disciplina de área de integração, aquela que mais contribui para trabalhar os domínios propostos.

No final de cada semestre ou nas reuniões intercalares será feito o registo e respetiva monitorização, no Plano Curricular de cada Turma, das atividades desenvolvidas até ao momento.

### **Avaliação da Estratégia da Educação para a Cidadania na Escola**

O acompanhamento e a avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania no CDLPC terá em conta os diversos intervenientes em todo o processo, nomeadamente docentes, alunos e Direção Pedagógica. Prevê-se que, no final do ano letivo, a Estratégia definida, em função das necessidades e das fragilidades que forem surgindo, possa ser alvo de alteração.

Monte Redondo, 29 de outubro de 2025